



LIDERANÇAS FEMININAS POPULARES NA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO: PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS (ST-10)

Franciele Bonoldi

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) UFRGS | Franciele.bonoldi@hotmail.com

Sessão Temática 10: Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

Resumo: Este artigo busca refletir o fenômeno das lideranças femininas populares na luta pelo direito à cidade a partir da teoria-método da produção social do espaço urbano de Henri Lefebvre em diálogo com a teoria da reprodução social. Para tal, será utilizado uma amostra de dados da pesquisa de mestrado de minha autoria intitulada "Lideranças femininas populares na produção social do espaço urbano" defendida e aprovada em 2023. Esses dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas e de cartografias de campo. As principais contribuições foram organizadas a partir das três dimensões da produção social do espaço urbano, respectivamente, o percebido, o vivido e o concebido. Em linhas gerais, os principais achados foram (1) a sistematização de informações sobre os eixos de atuação das lideranças femininas populares (os espaços e os agentes presentes em sua prática espacial e as suas estratégias de luta); e (2) uma contribuição para a atualização da tríade lefebvriana da produção do espaço a partir da teoria da reprodução social.

Palavras-chave: Lideranças femininas populares; lutas urbanas; produção social do espaço urbano; teoria da reprodução social; direito à cidade.

POPULAR FEMALE LEADERSHIP IN THE SOCIAL PRODUCTION OF URBAN SPACE: THEORETICAL-METHODOLOGICAL PERSPECTIVES

Abstract: *This article seeks to reflect the phenomenon of popular female leaders in the fight for the right to the city based on Henri Lefebvre's theory-method of social production of urban space in dialogue with the theory of social reproduction. To this end, a sample of data from my master's research entitled "Popular female leadership in the social production of urban space" defended and approved in 2023 will be used. This data was obtained through semi-structured interviews and field mapping. The main contributions were organized based on the three dimensions of the social production of urban space, respectively, the perceived, the lived and the conceived. In general terms, the main findings were (1) the systematization of information about the areas of action of popular female leaders (the spaces and agents present in their spatial practice and their struggle strategies); and (2) a contribution to the updating of the Lefebvrian triad of space production based on the theory of social reproduction.*

Keywords: *Popular female leaders; urban struggles; social production of urban space; social reproduction theory; right to the city.*

LIDERAZGO POPULAR FEMENINO EN LA PRODUCCIÓN SOCIAL DEL ESPACIO URBANO: PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Resumen: *Este artículo busca reflejar el fenómeno de las líderes femeninas populares en la lucha por el derecho a la ciudad a partir de la teoría-método de producción social del espacio urbano de Henri Lefebvre en diálogo con la teoría de la reproducción social. Para ello se utilizará una muestra de datos de mi investigación de maestría titulada "Liderazgo femenino popular en la producción social del espacio urbano" defendida y aprobada en 2023. Estos datos fueron obtenidos a través de entrevistas semiestructuradas y mapeo de campo. Los principales aportes se organizaron en base a las tres dimensiones de la producción social del espacio urbano, respectivamente, lo percibido, lo vivido y lo concebido. En términos generales, los principales hallazgos fueron (1) la sistematización de información sobre los espacios de acción de las líderes populares (los espacios y agentes presentes en su práctica espacial y sus estrategias de lucha); y (2) una contribución a la actualización de la tríada lefebvriana de producción espacial basada en la teoría de la reproducción social.*

Palabras clave: *Líderes populares; luchas urbanas; producción social del espacio urbano; teoría de la reproducción social; derecho a la ciudad.*

INTRODUÇÃO

As mulheres sempre tiveram lugar de destaque nos conflitos urbanos e na resistência à remoção. As lutas contra o despejo de favelas, pelos direitos da mulher e por infraestruturas de reprodução social centralizaram as práticas femininas, demonstrando a materialidade da desigualdade de gênero na cidade. É nesse contexto que o protagonismo feminino e feminista se torna essencial na resistência de territórios populares, uma vez que as principais lideranças na luta contra desposseções costumam ser as moradoras antigas desses locais e, na maioria das vezes, são “chefes” de famílias.

Esta pesquisa teve como objeto de estudo a atuação de lideranças femininas populares (Gramsci, 1987; Vigotski, 2007, Nunes, 2018), sob a luz da obra de Henri Lefebvre (2001[1968]; 2016[1973]; 1992[1974]) acerca do direito à cidade e da teoria-método da produção social do espaço urbano em diálogo com a teoria da reprodução social (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, Vogel, 2013[1983]). Os dados deste artigo compõem o corpus de pesquisa da dissertação de mestrado de minha autoria intitulada “Lideranças femininas populares na produção social do espaço urbano” (Bonoldi, 2023). Esses dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas e de cartografias de campo e tratados através de softwares gráficos (*Adobe Illustrator*) e de geoprocessamento (*Google Earth Pro* e *ArcGIS*). As principais contribuições foram organizadas a partir das três dimensões da produção social do espaço urbano, respectivamente, o percebido, o vivido e o concebido, e revelaram, frente a agenda das lutas urbanas feministas contemporâneas, importantes achados do prático-sensível.

TÉCNICAS DE PESQUISA

Porto Alegre e Rio de Janeiro são exemplos de cidades que tiveram processos de planejamento popular e de lutas urbanas dos quais tive proximidade durante a graduação e a pós-graduação. A cidade do Rio de Janeiro passou por um aprofundamento das remoções em função dos megaeventos da copa do mundo (2014) e das olimpíadas (2016), tornando-se um referencial importante nas lutas urbanas no Brasil. Enquanto Porto Alegre é nacionalmente reconhecida pelos seus instrumentos de participação popular (sobretudo o orçamento participativo).

Para examinar os objetos empíricos dessa pesquisa (lideranças femininas populares das cidades de Porto Alegre e Rio De Janeiro), por meio da teoria-método da produção do espaço de Lefebvre, optou-se por técnicas de pesquisa de enfoque qualitativo, através de entrevistas semiestruturadas e cartografias da ação social. A amostra de lideranças femininas populares entrevistadas em cada cidade foi construída mediante os seguintes critérios de seleção: faixa etária, identidade de gênero, raça, escolaridade, local de moradia/atuação, histórico de luta contra remoções, vínculo e/ou articulação com organizações da sociedade civil, vínculo e/ou articulação com instituições públicas, e se ocupa cargo de vereança.

A TEORIA-MÉTODO DA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO: A DIALÉTICA TRIDIMENSIONAL DE HENRI LEFEBVRE

Em 1974, o livro *La production de l'espace* de Henri Lefebvre trazia ao mundo uma complexa e preditiva teoria sobre o espaço. A relevância dessa teoria, como será mostrado a seguir, reside no fato de que ela integra sistematicamente as categorias de cidade e espaço em uma única e abrangente teoria social, permitindo a compreensão e a análise dos processos espaciais em diferentes níveis. A teoria da produção social do espaço urbano estruturou metodologicamente esta pesquisa e será o principal referencial analítico em conjunto com a teoria da reprodução social.

Para Lefebvre (1992[1974]), é central apreender a vida social em seu aspecto corporal e humano, de modo a considerar a dimensão mental e sensível, com seus pensamentos e ideologias. Segundo o autor, o modo de existir dos seres humanos baseia-se nas relações que constituem entre si, com seus pares e com o meio através do qual materializam as suas atividades e práticas. Lefebvre (1992[1974]; 2016[1973]) constrói sua teoria da produção do espaço a partir das contradições existentes na forma como os seres humanos, organizados sob o imperativo do modo de produção capitalista, produzem e reproduzem as suas vidas.

Lefebvre (1992[1974]) utiliza o conceito de harmonia para discernir três termos “formantes” (palavra emprestada da análise de sons musicais). Segundo o autor, a relevância de possuir três termos, na análise crítica do espaço, se deve a sua capacidade de produzirem e encobrirem a si mesmos, algo que não seria possível nas oposições de dois termos, que, como em um jogo de espelhos, se fazem brilhar e se tornam significantes ao invés de se ocultar. Esses três termos formantes são:

- O geométrico: Lefebvre (1992[1974]) se refere ao espaço euclidiano considerado como “absoluto” pelo pensamento filosófico. O espaço euclidiano se define pela homogeneidade que garante seu uso social e político. A redução ao espaço euclidiano e homogêneo abstrai o espaço da natureza e de todo espaço social, e lhe confere um poder temível. Essa redução conduz facilmente a uma outra: a redução da realidade concreta à esfera bidimensional, à planificação representada na folha de papel através de mapas, grafismos e projeções. Nesse sentido, o geométrico se refere às representações do espaço.
- O ótico: Para Lefebvre (1992[1974]), a lógica da visualização foi uma estratégia identificada por Erwin Panofsky frente à arquitetura gótica e que ganhou o conjunto da prática social. Lefebvre (1992[1974]) apresenta a ideia de que na vida social tudo se torna decifração de uma mensagem através dos olhos, de modo que uma impressão diferente da ótica nada mais é que simbólica e transitória na direção do visual. Por exemplo, o objeto sentido pelas mãos serviria somente de contexto ao objeto percebido pela visão. Dessa forma, o ótico diz respeito à percepção, portanto à prática espacial.

- O fático: Lefebvre (1992[1974]) identifica que o espaço, mesmo euclidiano e abstrato, não pode se esvaziar de pessoas completamente. Para o autor, o espaço abstrato reivindica um objeto verdadeiramente cheio e “absoluto”. Para tal, o fático se presta a esse serviço, já que, metaforicamente, simboliza a força, a virilidade e a violência masculina. Na dimensão dos significados, o fático se refere ao poder político e aos meios de repressão executados pela polícia, pelo exército e pela burocracia estatal. Na realidade material, o fático se constata na verticalidade do espaço urbano. No plano simbólico, se coloca como o sentido e a razão que faz nascer a prática espacial. Dialeticamente, o espaço fático evoca a construção imagética e simbólica de um outro significante de transformação, em meio ao espaço diferencial. Dessa forma, o fático se refere ao espaço da representação.

Esses três termos são a base da tríade da produção do espaço. Para Lefebvre (1992[1974]), o espaço abstrato se apresenta como uma dualidade constitutiva: de um lado há a homogeneidade geométrica (representação do espaço) e do outro há o fático enquanto significante em sua razão dominadora (espaço de representação). No entanto, como indica o autor, essa dualidade mascara o terceiro formante, que é o campo da ação prática (prática espacial). Desse modo, o espaço abstrato é vivido (prática espacial) e representado (representações duplicadas), de modo que os três termos formantes finalmente aparecem: o percebido, o concebido e o vivido – respectivamente, a prática e as suas representações duplicadas.

O espaço abstrato se produz a partir da ação prática e das suas representações duplicadas. No campo da ação prática, produz-se a realidade urbana e a vida cotidiana. No campo das representações duplicadas, produz-se o espaço de representação – este geométrico, técnico, homogêneo e planejado –, e a representação do espaço – espaço de dominação fática e da busca pelo preenchimento de significados. Para as representações duplicadas, Lefebvre (1992[1974]) utiliza a metáfora dos espelhos, a fim de explicar a duplicidade de reflexões entre o espaço de representação (espaço vivido) e a representação do espaço (espaço concebido).

Com efeito, Lefebvre (1992[1974]) anseia construir uma teoria-método que leve em conta a ordem próxima (o contexto imediato e o tempo presente) e a ordem distante (o contexto mediato e o futuro), de tal modo que as contradições presentes nas relações sociais de produção se expressem no tempo e no espaço. Portanto, a produção do espaço é definida pela relação dialética tridimensional entre o espaço percebido (a prática espacial), o espaço vivido (os espaços de representação) e o espaço concebido (as representações do espaço). A figura 1 a seguir apresenta a síntese da tríade.

Figura 1: Diagrama da tríade da produção do espaço de Henri Lefebvre.



Fonte: a autora com base em Lefebvre (1992[1974]) e em Oliveira (2019).

A prática espacial (espaço percebido) é o processo dialético no qual a sociedade e o espaço se relacionam. Por um lado, a sociedade propõe o espaço e, por outro, o pressupõe: “o produz paulatinamente na medida em que o compreende e apropria” (OLIVEIRA, 2019, p.13). O espaço percebido se refere à dimensão material da atividade e das interações sociais. Em termos concretos, pode-se pensar, por exemplo, nas redes de interação e comunicação presentes na vida cotidiana, como o deslocamento diário entre a casa e o local de trabalho, o processo de produção material da vida e o consumo.

A representação do espaço (espaço concebido) é o espaço dos arquitetos, urbanistas, geógrafos, planejadores, engenheiros e cientistas sociais. As representações do espaço ocorrem através de imagens, planos e desenhos, de modo que também o definem. Representações do espaço existem no nível do discurso e da fala, construindo descrições e teorias (científicas) sobre o espaço. Lefebvre (1992[1974]) considera mapas e plantas, informação em fotos e signos como elementos da representação do espaço.

O espaço de representação (espaço vivido) é a dimensão vivida do espaço e experimentada pelos seres humanos na vida cotidiana. O espaço de representação é o espaço dos símbolos e das imagens. Para Lefebvre (1992[1974]), o vivido não pode ser compreendido historicamente sem o concebido. Nesse sentido, os espaços de representação tratam da dimensão simbólica do espaço e se referem ao poder divino, às instituições, ao Estado, ao princípio masculino e o feminino, etc. Essa dimensão também se refere à produção de sentidos a partir da conexão com símbolos material. Os símbolos do espaço podem ser elementos da natureza, como as árvores, ou podem ser artefatos, como prédios e monumentos, ou podem ser paisagens.

Em linhas gerais, o núcleo da teoria da produção do espaço de Lefebvre (1992[1974]) identifica três momentos: primeiro a produção material, depois a produção de conhecimento,

e por último a produção de significados. Essas dimensões constituem uma unidade dialética contraditória: o espaço emerge somente da interação de todas as três, cada uma sendo fundamentalmente de igual valor. O espaço é, ao mesmo tempo, percebido, concebido e vivido. Nenhuma dessas dimensões pode ser imaginada como a origem absoluta, como “tese”, e nenhuma é privilegiada.

A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL (TRS)

Na teoria marxiana, a força de trabalho é um dos elementos que constitui as forças produtivas do modo de produção capitalista. Junto aos meios de produção, a força de trabalho gera valor e mais-valia ao passo que se reproduz no espaço doméstico da produção capitalista. É na esfera do lar e executadas majoritariamente por mulheres que as atividades como a criação dos filhos, cuidados da casa, satisfação das necessidades materiais, emocionais e sexuais produzem e reproduzem a força de trabalho. No livro *Feminismo para os 99%: um manifesto* (2019), as autoras lembram que a hierarquização entre homens e mulheres, na sociedade capitalista, deve ser interpretada como efeito da reprodução social como fonte de acumulação capitalista, enquanto o capital se aproveita da condição não assalariada do trabalho envolvido.

Trabalho reprodutivo é um conceito básico da economia feminista e estuda as raízes da invisibilidade econômica das mulheres na reprodução social e no trabalho doméstico. Segundo Vogel (2013[1983]), o trabalho reprodutivo direciona sua crítica à teoria econômica clássica, que considera a reprodução social um processo natural e sem custo algum, e cumpre o papel de eixo estruturador da Teoria da Reprodução Social (TRS), podendo ser considerado o eixo estruturador da TRS.

Vogel (2013[1983]) destaca que a TRS é fruto de um acúmulo histórico de debates retomados no interior de movimentos feministas-socialistas e antirracistas nas décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Para a autora (2013[1983]), em um primeiro momento, a perspectiva da reprodução social buscou solucionar um problema antigo relacionado à teoria marxista do valor: compreender as formas não-remuneradas de trabalho e responder qual seria a base material da opressão das mulheres no capitalismo.

Para tal, Vogel (2013[1983]) resgata a noção marxiana de totalidade social, em razão do termo concentrar em si as contradições estruturais do modo de produção capitalista, e também por desenvolver uma teoria integrada das relações sociais. Nessa mesma linha, Bhattacharya (2017) também destaca a importância teórico-prática da noção de totalidade social, ao posicionar ao centro da TRS a ideia marxiana de que agir sobre o mundo com base em um conhecimento empírico da realidade, ignorando as mediações que estão pressupostas nessa percepção, implica em erro com consequências práticas.

Bhattacharya (2017) indica que a realidade tal como se enxerga (aparência), por exemplo, mostra que trabalhadores brancos normalmente ganham salários maiores que trabalhadores

negros, não havendo jamais pautas comuns de luta que pudessem uni-los. A diferença real, empiricamente documentada, sempre iria alimentar o racismo. Segundo a autora (2017), o mesmo poderia ser dito sobre as diferenças materiais entre homens e mulheres: tentar desafiar essas questões dentro do contexto estabelecido pelo capitalismo resultaria ou no fracasso (como nas experiências históricas em que o sexismo e/ou racismo sufocaram o movimento dos trabalhadores) ou em uma estratégia política fraca, que procuraria superar tais diferenças de raça e gênero entre trabalhadores por meio de apelos morais, pedindo que “fizessem a coisa certa” (Bhattacharya, 2017, p.14) e fossem feministas e antirracistas, sem que enxergassem um motivo concreto para fazê-lo.

Com o objetivo de explorar as contradições sociais das classes trabalhadoras, Vogel (2013[1983]) destaca que, no campo marxista do início da década de 1980, a dinâmica de acumulação capitalista era frequentemente reduzida à exploração do trabalho assalariado, o que restringia a noção marxiana de totalidade social. Nesse contexto, as relações de classe eram compreendidas como aquelas que se desenvolviam no espaço exclusivo da produção (local do trabalho formal). Da categoria classe eram abstraídos os componentes de raça, gênero e sexualidade, de modo que prevalecia a indiferença de parte considerável do campo marxista quanto às especificidades locais e configurações sociais no interior da classe trabalhadora. Segundo Vogel (2013[1983]), a categoria proletariado, portadora da subjetividade revolucionária, era ligada de forma idealista ao típico trabalhador formal do Estado de Bem-Estar Social europeu: homem, branco e provedor.

Na busca pela base material da condição de opressão das mulheres sob o capitalismo, Vogel (2013[1983]) desafiou a tradição marxista hegemônica da época (início da década de 1980) ao propor o retorno à teoria marxiana sobre as relações de produção, presente na coletânea d'O Capital de Marx. A autora estabeleceu como premissa de investigação a produção diária e geracional da força de trabalho, condição essencial para a teoria do valor e o estabelecimento das relações sociais de produção. Vogel (2013[1983]) questionou como essa mercadoria especial – responsável pela produção de mais-valia e de todas as outras mercadorias – seria produzida e reproduzida em uma sociedade capitalista.

A pergunta conduziu a autora a uma análise mais profunda da relação lógica e sistêmica existente entre a produção capitalista e os processos cotidianos de produção da vida, realizados, em sua maioria, pelo trabalho feminino – remunerado ou não – no âmbito doméstico (esfera privada doméstica) e na dimensão do cuidado (trabalho reprodutivo). Nesse aspecto, caberia explicar a permanência do caráter desvalorizado do trabalho reprodutivo, que engloba estratégias de sobrevivência individuais e coletivas da classe trabalhadora, bem como uma série de tarefas socialmente naturalizadas (gestação, parto, lactação, cuidado das crianças/doentes/idosos, limpeza e nutrição) geralmente privatizadas no lar e não-remuneradas.

Uma das conclusões de Vogel (2013[1983]) é que o trabalho reprodutivo se constituiu historicamente como condição necessária para o funcionamento do modo de produção

capitalista. Ao desenvolver sua argumentação, a autora localiza, no interior da categoria marxiana de trabalho necessário, uma dupla dimensão específica das sociedades capitalistas: o social e o doméstico. O componente social do trabalho necessário estaria, como Marx conceituou, indissoluvelmente ligado ao trabalho excedente (mais-valia). Para Vogel (2013[1983]), o componente doméstico seria o trabalho realizado fora da esfera da produção capitalista (fora do local do trabalho formal) e foi ignorado por Marx. Os dois componentes são indispensáveis para a produção tanto da força de trabalho quanto das mercadorias. A autora (2013[1983]) também destaca que a relação de apropriação do trabalho excedente se oculta pelo pagamento de salários, enquanto que o trabalho doméstico se encontra dissociado do trabalho assalariado por se realizar na esfera privada doméstica e não na esfera da produção (local do trabalho formal).

A partir da análise da obra de Marx, Vogel (2013[1983]) destaca que há uma contradição entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, que se aprofunda à medida que a acumulação capitalista avança:

O impulso do capitalismo para aumentar a mais-valia através do aumento da produtividade (...) força uma separação espacial, temporal e institucional severa entre o trabalho doméstico e o processo de produção capitalista. (...) O salário media tanto os processos de manutenção diária quanto os de substituição geracional, suplementados ou às vezes substituídos por contribuições do Estado. Ou seja, o componente social do trabalho necessário do trabalhador facilita a reprodução da força de trabalho indiretamente, fornecendo dinheiro que deve então ser trocado para adquirir mercadorias. Estas duas características – a separação de trabalho assalariado do trabalho doméstico e o pagamento de salários – são materializados no desenvolvimento de locais e unidades sociais especializados para o desempenho de trabalho doméstico (VOGEL, 2013[1983], p. 159, tradução minha).

Ou seja, historicamente, nas sociedades capitalistas construiu-se uma relação na qual o fardo do trabalho reprodutivo repousa desproporcionalmente sobre as mulheres, enquanto a produção (trabalho formal) e a compra de mercadorias concentram-se desproporcionalmente sobre responsabilidade dos homens, através da participação no trabalho assalariado. Segundo Vogel (2013[1983]), esse posicionamento diferenciado de mulheres e homens em relação aos dois componentes do trabalho necessário geralmente é acompanhado por um sistema de supremacia masculina, e se origina como um legado histórico das divisões de trabalho das sociedades de classes anteriores (Vogel, 2013 [1983]). A autora destaca que tais divisões são fortalecidas pela separação particular entre o trabalho doméstico e o trabalho assalariado, na qual o primeiro está isolado no espaço e no tempo em relação ao segundo.

A análise de Vogel (2013[1983]) também permite dar encaminhamento às provocações importantes de Bhattacharya (2017), que afirma ser insuficiente a leitura empírica da realidade para superar as contradições existentes e articular lutas comuns das classes trabalhadoras. Segundo Vogel (2013[1983]), por exemplo, a separação entre a posição social do homem em relação à mulher e a do branco em relação ao negro é, na verdade, uma visão parcial da realidade. Sob a lente da totalidade social, há um interesse material para que

trabalhadores brancos se unam aos negros na luta antirracista e os homens às mulheres na luta feminista. No capitalismo, apesar das vantagens sociais que tais relações conferem aos homens brancos da classe trabalhadora, sua própria condição social de exploração e degradação de seus meios de reprodução da vida está diretamente ligada à condição social de subordinação e desumanização dos trabalhadores negros e das mulheres.

A TRS, no seu debate atual, apresenta algumas contribuições teórico-práticas importantes para a noção de totalidade social. Uma dessas contribuições é que, ao resgatar a elaboração inicial de Vogel (2013[1983]), essa teoria recupera a noção de que a força motora do capitalismo é o trabalho humano e não as mercadorias. Ao fazer isso, desmistifica-se a esfera da economia e se restaura ao processo econômico o seu componente fundamental: as relações racializadas e generificadas nas quais os seres humanos estão imbricados na sua agência (Bhattacharya, 2017). Dessa forma, a TRS também oferece uma visão expandida da produção capitalista e do trabalho, além de revelar um pressuposto universal da condição humana: as pessoas precisam ser produzidas (ou produzir-se), e tarefas como dar à luz, cuidar e manter seres humanos demanda grandes quantidades de tempo, de recursos e de trabalho (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019).

Também é importante observar que, para realizar o trabalho reprodutivo, depende-se diretamente da provisão de recursos básicos de infraestrutura. Ainda que comprados pelo salário, a água e os alimentos não chegam aos lares dos trabalhadores sem condições básicas de infraestrutura urbana. Essa provisão é regulada pelo Estado, controlada pelo capital e suas regras de disponibilidade e acesso se organizam através das linhas de gênero, raça e classe (Bhattacharya, 2017). A organização dessas regras depende ainda do desenvolvimento histórico específico de cada país diante do sistema global.

Uma outra contribuição importante da TRS é que ela permite uma mudança na forma em que se percebe o trabalho, propondo uma noção ampliada da categoria “classe trabalhadora”, que destaca a relação oculta entre trabalho reprodutivo e produtivo. A TRS revela que a dicotomia entre produção e reprodução social, sendo a primeira ligada à esfera pública (local de trabalho) e a segunda ligada à esfera privada (lar), é uma forma histórica de aparência específica do capitalismo, na qual o capital se põe enquanto processo. Para a TRS, o trabalho realizado nas duas esferas deve ser teorizado de maneira integrada: a relação contraditória, porém necessária entre ambas, revela que o trabalho não-remunerado realizado pelas mulheres é o pressuposto da produção capitalista e, portanto, está na base desse sistema.

Por fim, destaca-se que a TRS oferece uma chave interpretativa única para analisar a interrelação entre as múltiplas relações sociais que constituem as sociedades capitalistas, na medida que permite considerar as relações econômicas e sociais como ontologicamente inseparáveis e integradas em diferentes momentos de uma mesma totalidade social. As relações sociais de gênero ou raça ajudam a produzir a constante desvalorização e desumanização de certos grupos sociais e assim garantem a reprodução de formas entrelaçadas de exploração e despossessão. Também organizam as relações de trabalho e

propriedade e enquadram as formas concretas de competição e acumulação capitalista. O capitalismo é, então, racializado e generificado, na mesma medida em que gênero e raça não são mais do que formas através das quais a classe é vivida (Davis, 1997). O mesmo pode ser dito de todas as múltiplas relações de poder social, uma vez que, historicamente constituídas, formam um todo social complexo. A raça não pode ser desarticulada da classe, do gênero ou da sexualidade, porque na essência constituem um mesmo “todo”.

LIDERANÇAS FEMININAS POPULARES

“Lideranças femininas populares” é um conceito que essa pesquisa propõe e que se refere a um sujeito político e histórico por natureza. Como tal, entende-se que as mulheres que desempenham papéis de lideranças são agentes sociais e políticos que reúnem o que Gramsci (1999) chamaria de consciência “em si”, “para si” e “para o outro”.

O processo de identificação das mulheres com a figura da liderança feminina popular trava uma ampla batalha, que exige, em primeiro lugar, “a compreensão crítica de si mesmo”, obtida através “de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois da política, atingindo, uma elaboração superior da própria concepção do real” (Gramsci, 1999, P.103-104), de forma a manter unidade entre teoria e prática não como um dado mecânico, mas como um devir histórico.

A liderança exercida por mulheres desafia papéis de gênero e se torna, entre outras coisas, uma questão de linguagem (Vigotski, 2007). Segundo Vigotski (2007), o reconhecimento e a legitimação social apenas são possíveis se ocorrerem sobretudo nos domínios da linguagem e dos significados, pois, mesmo que a organização e a articulação comunitárias sejam desempenhadas majoritariamente por mulheres, nem sempre vêm acompanhadas de reconhecimento e legitimação por parte de seus pares nas lutas urbanas.

No contexto das lutas urbanas, as mulheres a que essa pesquisa se refere exercem papel de referência em seus territórios, sendo destacadas através da observação empírica de suas histórias pessoais de atuação, em geral, por meio de associações de base comunitária. De modo geral, essas mulheres se enquadram em atributos raciais, culturais e econômicos de subalternização, motivando a sua organização para transformar o espaço que vivem. O que conduz a sua atuação é o desejo de justiça e concertação, endossados pela não aceitação da realidade urbana imediata, essencial à sua reprodução social e à dos seus pares.

Em termos marxistas, essas mulheres se enquadram na perspectiva de agentes sociais revolucionárias, e fazem do seu cotidiano uma história de luta e tomada de consciência permanente, reinventando uma práxis política (Gramsci, 1987). São sujeitas políticas porque saem da esfera privada da reprodução social, para uma atuação ampliada no conjunto das demandas sociais expressas no cotidiano de territórios populares. As suas atuações se efetivam em uma práxis política e espacial fundada na solidariedade e na luta por

transformação, que se estende do sentido mais maternal e fraterno ao enfrentamento político em movimentos sociais.

Importante observar, no entanto, que o poder emanado na práxis espacial, social e política de lideranças femininas populares não possui o mesmo estatuto ontológico da relação de poder e liderança presente no imaginário social. Como sustenta Nunes (2018), isso se deve ao fato de as lideranças femininas populares situarem-se em lugares de subalternidade espacial, econômica, política e de gênero, de modo que orientam sua práxis em razão da urgência de transformar a realidade da vida cotidiana e assim subverter consolidadas e desequilibradas relações de poder.

Segundo Nunes (2018), o conhecimento por meio das questões que se expressam no conjunto da realidade urbana e da vida cotidiana transforma-se em ferramenta política capaz de produzir mudanças. Nesse sentido, o poder feminino em territórios populares se refere mais ao poder de transformação do que ao poder de dominação (poder simbólico, masculino, fálico, dominante), de modo que esse termo (poder feminino) ganha uma dimensão para além da clássica compreensão que o termo propõe.

Em síntese, entende-se que a expressão lideranças femininas populares se refere às mulheres cujas trajetórias pessoais e políticas atestam o seu poder de mobilização/articulação comunitária e sua inserção em espaços coletivos de participação social e luta política, adotando como critério seletivo tanto a projeção de sua visibilidade e de seu reconhecimento social quanto o diálogo com o poder público e outras organizações da sociedade. São mulheres que, enquanto protagonistas de lutas urbanas baseadas em redes de apoio, rompem com os padrões que definem a feminilidade e subvertem o lugar do feminino na política, de modo a desestabilizar as relações de dominação-exploração estruturais. Por fim, a atuação de lideranças femininas populares se insere na perspectiva da transformação social e espacial dos seus territórios, constituindo-se, portanto, como agentes sociais revolucionárias (Gramsci, 1987, 1999; Vigotski, 2007, Nunes, 2018).

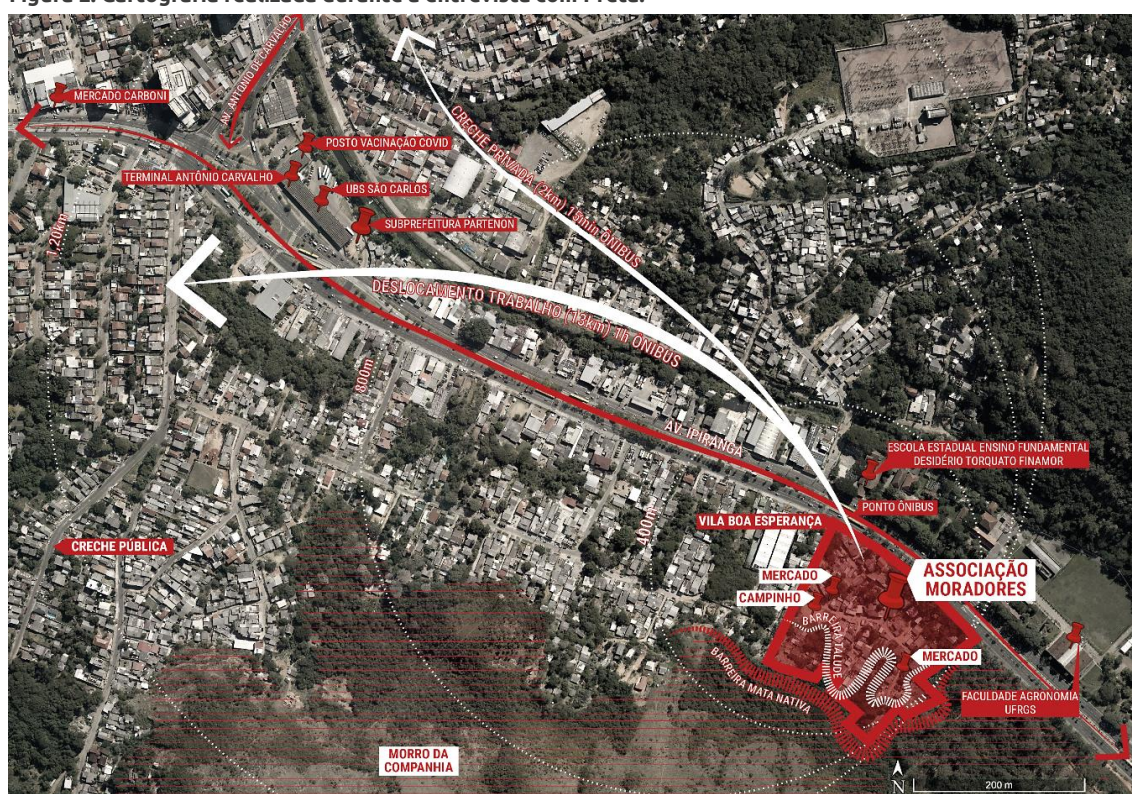
DESENVOLVIMENTO: AMOSTRA DE ENTREVISTAS REALIZADAS NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

PRETA

Preta é liderança feminina popular da Vila Boa Esperança. É uma mulher branca, solteira e mãe de duas filhas. Nasceu em Passo Fundo, em 1972, e se mudou para Porto Alegre em 1978. Preta foi morar definitivamente na Vila Boa Esperança quando casou, em 1988, pois seu marido era morador da Vila desde 1974. Na casa que reside atualmente, e que também é sede da Associação Comunitária, mora há 25 anos.

A ocupação da Vila Boa Esperança ocorreu no início da década de 1960, quando a área era de posse da família do Gen. José Antônio Flores da Cunha. As primeiras famílias se fixaram no local devido ao trabalho na empresa de mineração e de extração de saibro. A UFRGS tomou posse da área no ano de 1984, quando dezenas de famílias já moravam lá. Segundo levantamento feito pela Associação de Moradores da Vila Boa Esperança, 98 famílias moram no local.

Figura 2: Cartografia realizada durante a entrevista com Preta.



Base de dados: entrevista com Preta. Base cartográfica: Google Earth (2022). Fonte: autora.

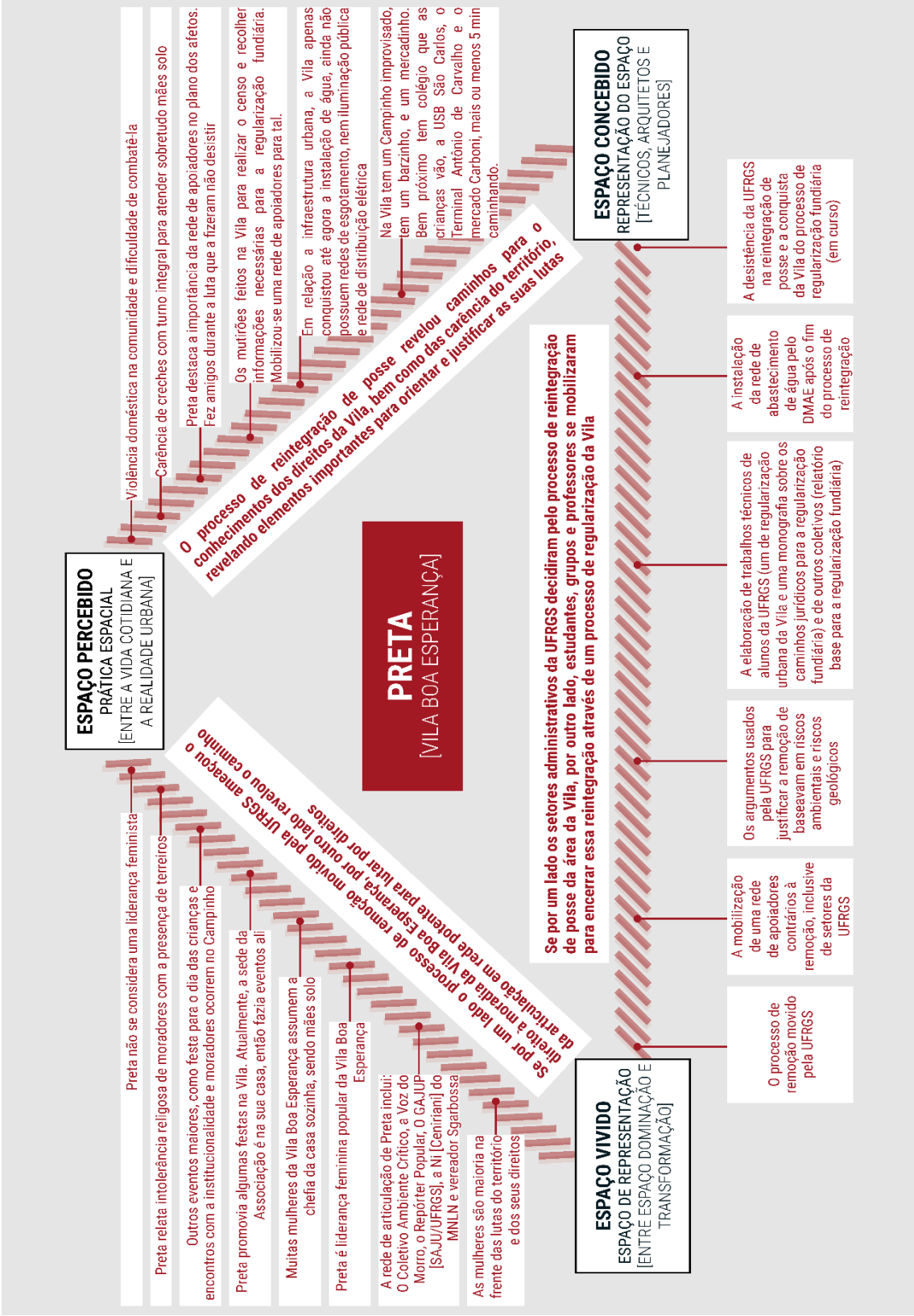
Segundo na cartografia de Preta, a vila se localiza em uma região da cidade com equipamentos públicos disponíveis em um raio de distância que pode ser percorrido a pé. A única necessidade reclamada pelas moradoras é de uma creche municipal, que gostariam que

fosse dentro da vila, em razão do grande número de mães solo e de crianças que residem no território.

Nas redondezas da vila, encontra-se uma Escola de Ensino Fundamental (Desidério Tourquato) utilizada pelos moradores, a Faculdade de Agronomia da UFRGS, o supermercado Carboni, o Terminal Antônio de Carvalho, a UBS São Carlos, um posto de vacinação de COVID e a subprefeitura do Partenon, onde ocorrem reuniões do Orçamento Participativo (OP). Todos esses equipamentos podem ser acessados a pé, sem necessidade de carro ou transporte público. Pelo acesso à vila ocorrer pela Av. Bento Gonçalves, logo na entrada encontra-se uma parada de ônibus, diariamente utilizada pelos moradores.

Em razão do território já ter abrigado uma praça de mineração de saibro no passado, a paisagem da vila é marcada por taludes que não foram devidamente recuperados pela empresa que explorava a área na época. Esses taludes são ponto de atenção para a vila, pois já foi alvo de argumentos da UFRGS para justificar a remoção por supostamente se tratar de uma área de risco. No entanto, conforme estudos realizados por apoiadores técnicos, esses taludes não apresentam risco geológico aos moradores. Assim como as redes de infraestrutura urbana, os taludes são aspectos gerenciáveis do terreno, necessitando de intervenções do poder público no sentido de prover condições mínimas de moradia digna aos moradores.

Figura 3: Diagrama síntese da entrevista com Preta. Base de dados: entrevista semiestruturada com Preta.



Fonte: autora.

O resultado do diagrama síntese de Preta indica três principais ligações dialéticas. A primeira, em relação ao espaço percebido e ao espaço concebido, indica que o processo de reintegração de posse revelou caminhos para o conhecimento dos direitos da Vila, bem como das carências do território, como importantes aliados na luta por direitos. No decorrer do processo de reintegração de posse, formou-se uma rede de apoio voluntário para a construção de materiais técnicos sobre o território, que foram utilizados pela vila para reivindicar direitos perante o poder público e conquistar a regularização fundiária. Esses materiais englobam, inclusive, um plano urbanístico da área, construído na vila com o apoio de facilitadores técnicos por meio de uma metodologia participativa.

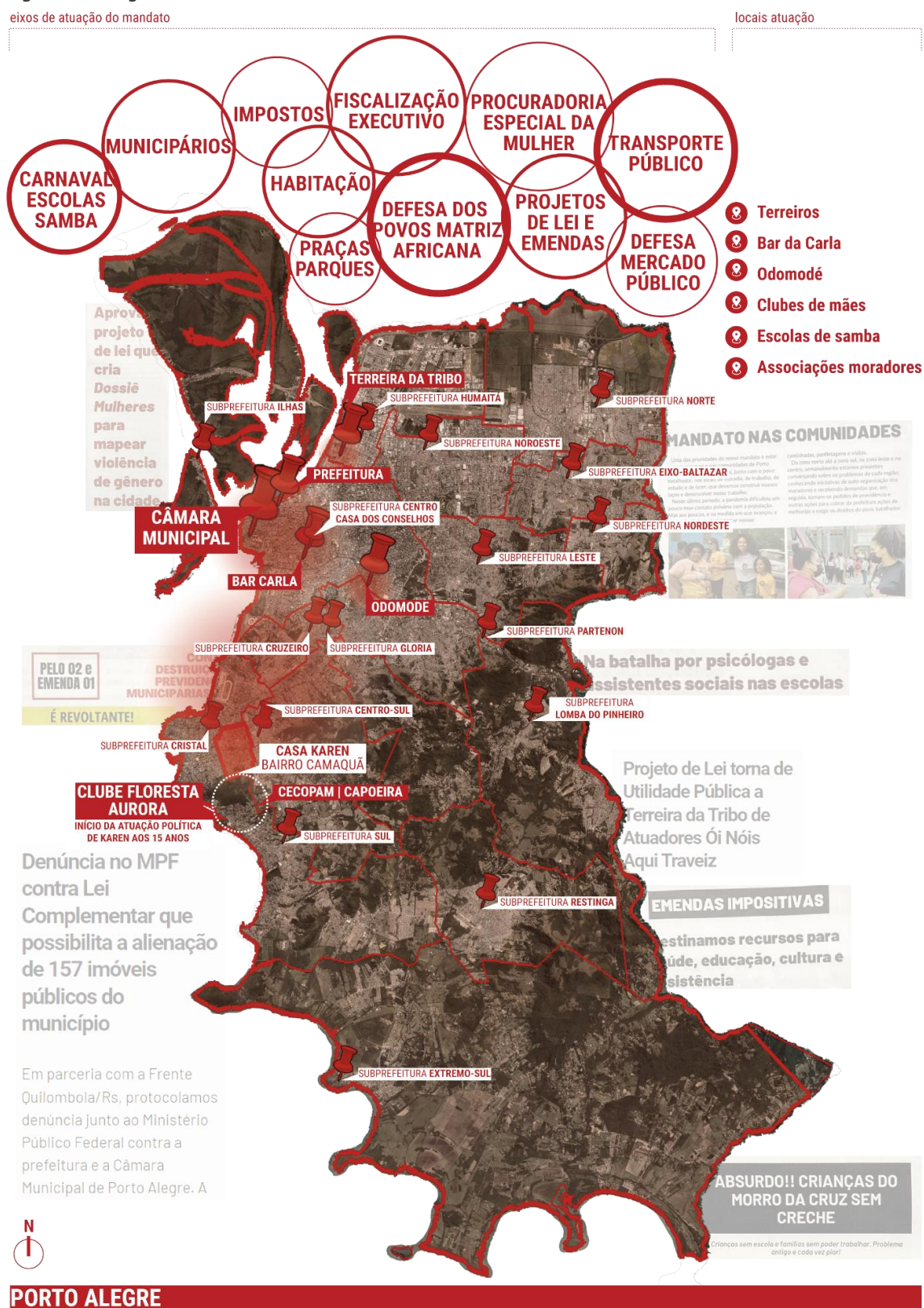
Essa rede de apoio apareceu bastante durante a entrevista com a Preta, que relembra com carinho de vários momentos junto aos coletivos e apoiadores que se somaram à luta da Vila.

KAREN

Karen Santos é professora de educação física formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Acima de tudo, Karen se define como militante. Luta contra a discriminação racial e o genocídio da juventude negra, contra o machismo e em defesa da igualdade entre homens e mulheres, em defesa dos direitos da população – sobretudo do trabalho digno, da educação e da saúde públicas e de qualidade e da moradia. Filha de pai bancário do Banrisul e mãe secretária de escola estadual, desde cedo teve contato com debates interseccionais sobre raça, classe e gênero no ambiente familiar. Trabalhou por dois anos como pesquisadora do IBGE, executando a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Nesse trabalho de pesquisa das condições de vida dos porto-alegrenses e moradores da região metropolitana, viu-se diante de uma realidade segregada e discriminatória. Foi diante disso que decidiu participar da luta política a partir dos movimentos sociais.

Em 2016, concorreu à vereança em Porto Alegre e alcançou a primeira suplência pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Em 2019, assumiu como vereadora da cidade. Em 2020, Karen foi eleita a vereadora mais votada da cidade, alcançando 15.702 votos. Karen se aproximou da política através do Movimento Estudantil, atuando na luta pela garantia da política de cotas na universidade, e também do Movimento Negro. O seu mandato é coletivo e foi conquistado através da dedicação de muitas pessoas que compartilham das mesmas indignações diante das desigualdades sociais. O mandato coletivo de Karen é oriundo do Coletivo Alicerce, braço estudantil do PSOL.

Figura 4: Cartografia realizada durante a entrevista com Karen.



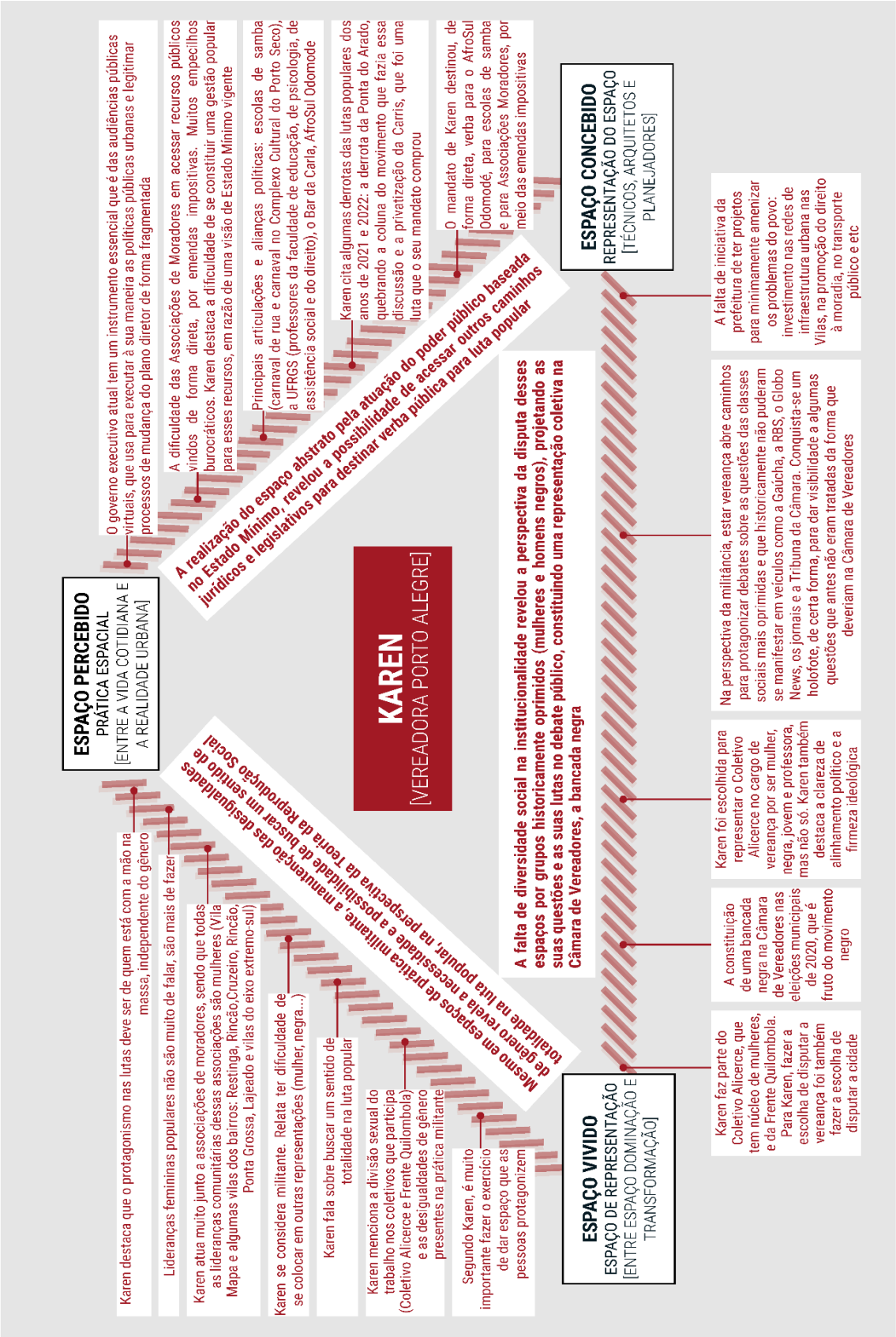
O início da atuação política de Karen foi aos 16 anos no Clube Negro Floresta Aurora, espaço que frequentava com a família na época em que o clube se situava no Bairro Ipanema. Ela e seus familiares articularam um projeto junto a uma rede de parceiros para levantar verba para reformar a biblioteca da sede, com o objetivo de reabri-la. Karen também teve forte vínculo político com grupos de capoeira de Porto Alegre, lançando mão, desde muito jovem, de uma atuação baseada no combate às desigualdades interseccionais que permeavam o seu fazer político, mesmo dentro de movimentos sociais progressistas.

Os principais eixos de atuação do mandato são as lutas nas pautas que envolvem o eixo cultural, como o carnaval de rua e as escolas de samba; o eixo sindical, como a classe dos municipais, contra o aumento de impostos e as mudanças nas políticas tarifárias; o eixo da habitação; o eixo de proteção de parques e praças; o eixo que promove ações de combate à violência de gênero, junto a procuradoria especial da mulher; o eixo da defesa dos povos de matriz africana, como no caso emblemático da defesa do mercado público; o eixo do transporte público e da fiscalização do governo executivo municipal.

Segundo Karen, os carros chefes do mandato são a pauta da defesa e qualidade do transporte público, a defesa das trabalhadoras terceirizadas da empresa Multiclin e a luta pela educação (escolas estaduais e municipais).

Territorialmente, a atuação do mandato se concentra nos bairros e nos territórios populares da Zona Sul e Extremo-Sul, com destaque para os bairros da Restinga, Lomba do Pinheiro, Rincão, Ponta Grossa e Lajeado, onde o mandato atua apoiando as lutas de terreiros, associações de moradores, clubes de mães, bares e escolas de samba.

Figura 5: Diagrama síntese da entrevista com Preta. Base de dados: entrevista semiestruturada com Preta.



Fonte: autora.

O resultado do diagrama síntese de Karen indica que, em relação a ligação dialética entre o espaço percebido e o espaço concebido, a realização do espaço abstrato pela atuação do poder público, baseada no Estado Mínimo, revelou a possibilidade de acessar outros caminhos jurídicos e legislativos para destinar verba pública para luta popular, de forma direta. Um exemplo dos caminhos jurídicos alternativos acessados pelo mandato de Karen são as emendas impositivas.

A relação dialética entre o espaço percebido e o concebido também permitiu desvelar as vantagens e as desvantagens que o mandato de vereança engloba no conjunto da atuação política de Karen. Por mais que a atuação dentro de um mandato parlamentar seja uma relação de trabalho, Karen afirma que a vereança abre muitas portas políticas, financeiras e jurídicas para realizar certas reparações e construir frentes de lutas que teriam pouco alcance e visibilidade se não fossem disputadas também dentro da institucionalidade. Em última instância, o mandato parlamentar também serve como holofote e meio de acesso à informações privilegiadas.

A relação entre o espaço concebido e o espaço vivido apontou que a falta de diversidade social na institucionalidade revelou a necessidade de disputar esses espaços por grupos historicamente oprimidos (mulheres e homens negros) como forma de reparação histórica, de modo a projetar as suas questões e as suas lutas no debate público, constituindo uma representação coletiva na Câmara de Vereadores, a bancada negra.

A relação entre o espaço percebido e o espaço vivido, revelou que mesmo nos espaços de prática militante do mandato de Karen, a manutenção das desigualdades de gênero revela a necessidade e a possibilidade de buscar um sentido de totalidade na luta popular, na perspectiva da Teoria da Reprodução Social.

Em relação a sua construção enquanto figura pública dentro de um mandato parlamentar, Karen prefere dissociar a sua imagem e a sua prática de bandeiras como o feminismo e o antirracismo, pois discorda de movimentos feministas e antirracistas que balizam as suas narrativas apenas em matrizes identitárias e culturalistas. Por esse motivo, Karen prefere se autodeterminar como uma vereadora militante, em um movimento que visa recolocar o valor político da práxis militante dentro da luta popular.

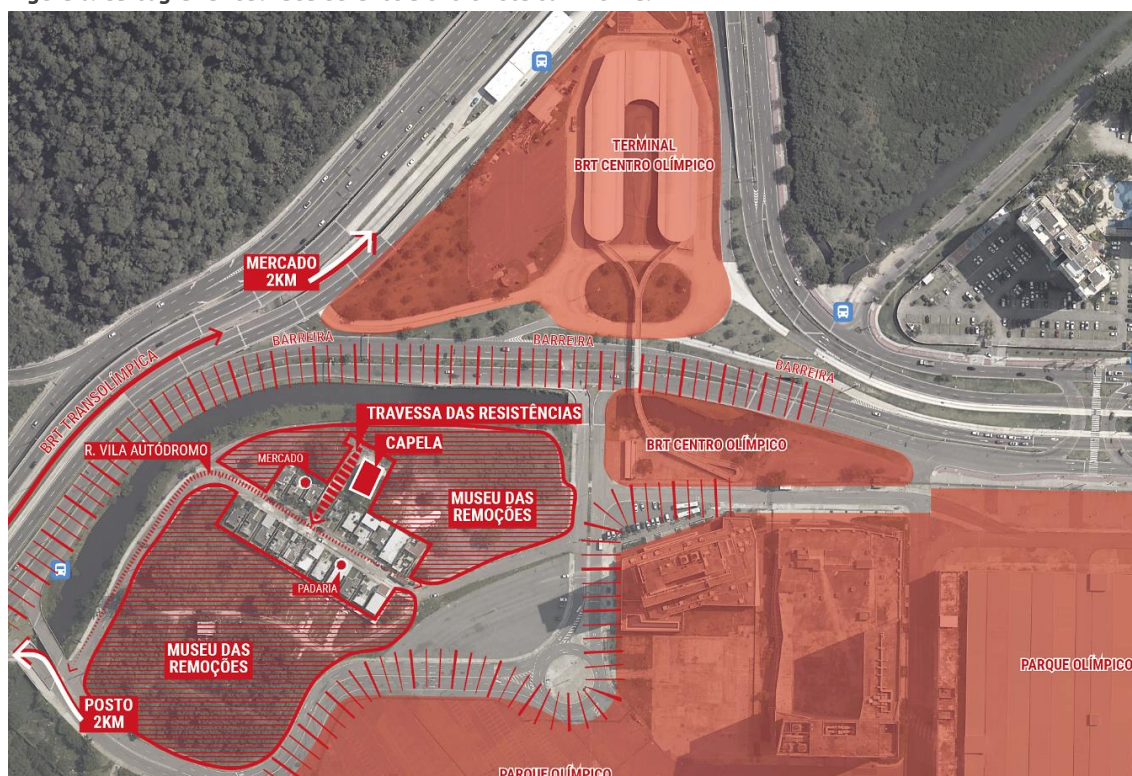
DESENVOLVIMENTO: AMOSTRA DE ENTREVISTAS REALIZADAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

PENHA

Penha é moradora e liderança feminina popular da Vila Autódromo, território popular que existe a mais de 50 anos e se localiza ao lado do Parque Olímpico, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. A Vila em questão sofreu remoções forçadas e violentas realizadas pelo poder público municipal entre 2014 e 2016, em razão das obras para as instalações olímpicas de 2016. De um lado da vila, foi construído a via expressa BRT TransOlímpica, e do outro lado foram construídas as edificações do Parque Olímpico e do Terminal BRT. Depois de anos de conflitos, a vila conquistou parte da urbanização aos moradores que resistiram até o fim do processo. No entanto, essa intervenção não atendeu boa parte das diretrizes do Plano Popular da Vila Autódromo, restando apenas 20 famílias das 700 que ali moravam.

Penha nasceu em Itabaiana, no estado da Paraíba, e se mudou para o Rio de Janeiro ainda criança. É filha de mãe solteira e foi criada pela avó até os 7 anos, quando foi morar com a mãe na cidade do Rio de Janeiro. Penha relata as dificuldades materiais vividas ao longo da sua história por ser pobre e favelada, ao mesmo tempo que usa desse estatuto para se autodefinir e embasar a sua motivação nas lutas urbanas.

Figura 6: Cartografia realizada durante a entrevista com Penha.



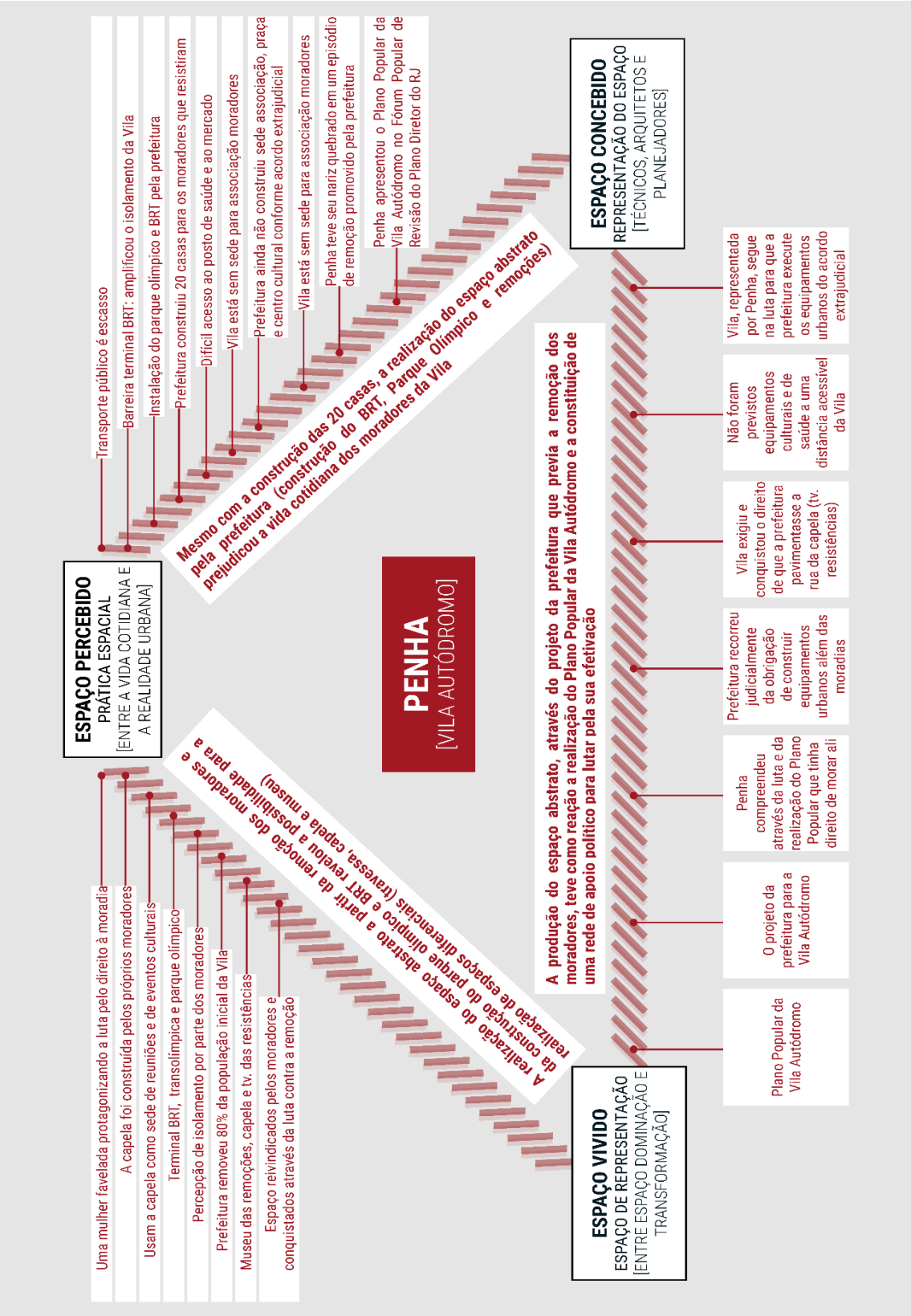
Base de dados: entrevista com Dona Penha. Base cartográfica: Google Earth (2022). Fonte: autora.

Na cartografia de Penha, os elementos mais evidentes foram as barreiras geradas pela construção das instalações do Parque Olímpico e do BRT Centro Olímpico, reforçando a sensação de isolamento dos moradores. Tanto para ir ao mercado quanto ao posto de saúde, os moradores precisam se deslocar de transporte público mais em razão dessas barreiras construídas, do que em razão da distância a ser percorrida. Pela vila ser constituída de pessoas idosas em sua maioria, dificulta ainda o fato de terem poucas linhas de ônibus que permitam realizar um trajeto curto e mais circular, já que, pela localização da Vila ao lado de grandes avenidas, a oferta de transporte com essa característica é reduzida. Penha indica que muitos moradores fazem esse deslocamento a pé. Na área que restou da vila, e que foi urbanizada, foram construídos pelos moradores e apoiadores o Museu das Remoções e a Capela. Já a Travessa das Resistências, construída de forma orgânica pela passagem dos moradores durante os anos da remoção, foi uma exigência dos moradores junto a prefeitura, que conquistaram a sua pavimentação e a sua inclusão no projeto de urbanização.

Atualmente, Penha coordena a Capela e é responsável pela mediação entre a prefeitura e a vila. A Capela funciona também como sede provisória da Associação de Moradores, pois a sede oficial da Associação, prevista no projeto de urbanização da prefeitura, ainda não foi construída. A vila aguarda desde 2016 a conclusão das obras destinadas aos equipamentos públicos, que incluem uma escola, um centro comunitário e uma praça com quadra poliesportiva.

O processo de ocupação da vila foi realizado através do apoio e da cooperação mútua entre os moradores, que, por esse motivo, constituíram um forte senso de pertencimento e vínculo ao território. Esse vínculo fica evidente quando Penha relata a sua história com a Vila Autódromo, desde a chegada ao Rio de Janeiro ainda jovem.

Figura 6: Diagrama síntese da entrevista com Penha.



Base de dados: entrevista semiestruturada com Penha. Fonte: autora.

O resultado do diagrama síntese de Penha indica três principais ligações dialéticas. A primeira, em relação ao espaço percebido e ao espaço concebido, revelou que mesmo com a construção das 20 casas, a realização do espaço abstrato pela prefeitura (construção do BRT, Parque Olímpico e as remoções) prejudicou a vida cotidiana dos moradores da Vila.

A segunda, em relação ao espaço concebido e ao espaço vivido, indica que a produção do espaço abstrato, através do projeto da prefeitura que previa a remoção dos moradores, teve como reação a realização do Plano Popular da Vila Autódromo e a constituição de uma rede de apoio para lutar pela sua efetivação. A dimensão da luta pelo direito à cidade assume importância central na vida de Penha, pois mesmo com a pressão e com as ameaças realizadas pela prefeitura, Penha não desistiu de lutar contra a remoção e pela efetivação DO Plano Popular da Vila Autódromo.

A terceira, em relação ao espaço percebido e ao espaço vivido, reflete que a realização do espaço abstrato a partir da remoção dos moradores e da construção do parque olímpico e BRT revelou a possibilidade para a realização de espaços diferenciais (travessa, capela e museu).

No caso da Vila Autódromo, os Planos Populares, mais do que uma solução para a urbanização, representaram uma forma de planejar o território envolvendo os moradores diretamente. Ao apresentar alternativas, considerar requisitos técnicos e demandas populares, sempre apresentados de forma aberta para o debate público, a realização do Plano Popular da Vila Autódromo permitiu democratizar a produção do espaço. O Plano, realizado de forma autônoma e junto ao território, se aproxima das discussões teóricas e das experiências práticas do planejamento radical (FRIEDMANN, 1987).

Por fim, a ligação dialética entre o espaço percebido e o espaço vivido também permitiu revelar que Penha, à medida que projeta na sua atuação a categoria nativa de "mulher favelada protagonizando a luta pelo direito à moradia", ela se sente reconhecida pelos seus pares (moradores e apoiadores) como uma liderança feminina popular. Para Penha, a legitimidade da sua liderança ocorre pelas categorias nativas da sua personalidade que a fazem ser autêntica (a sua força, a sua presença e a sua noção de direitos), e que respaldam o seu protagonismo nas lutas urbanas pelo forte vínculo com o território.

MÔNICA

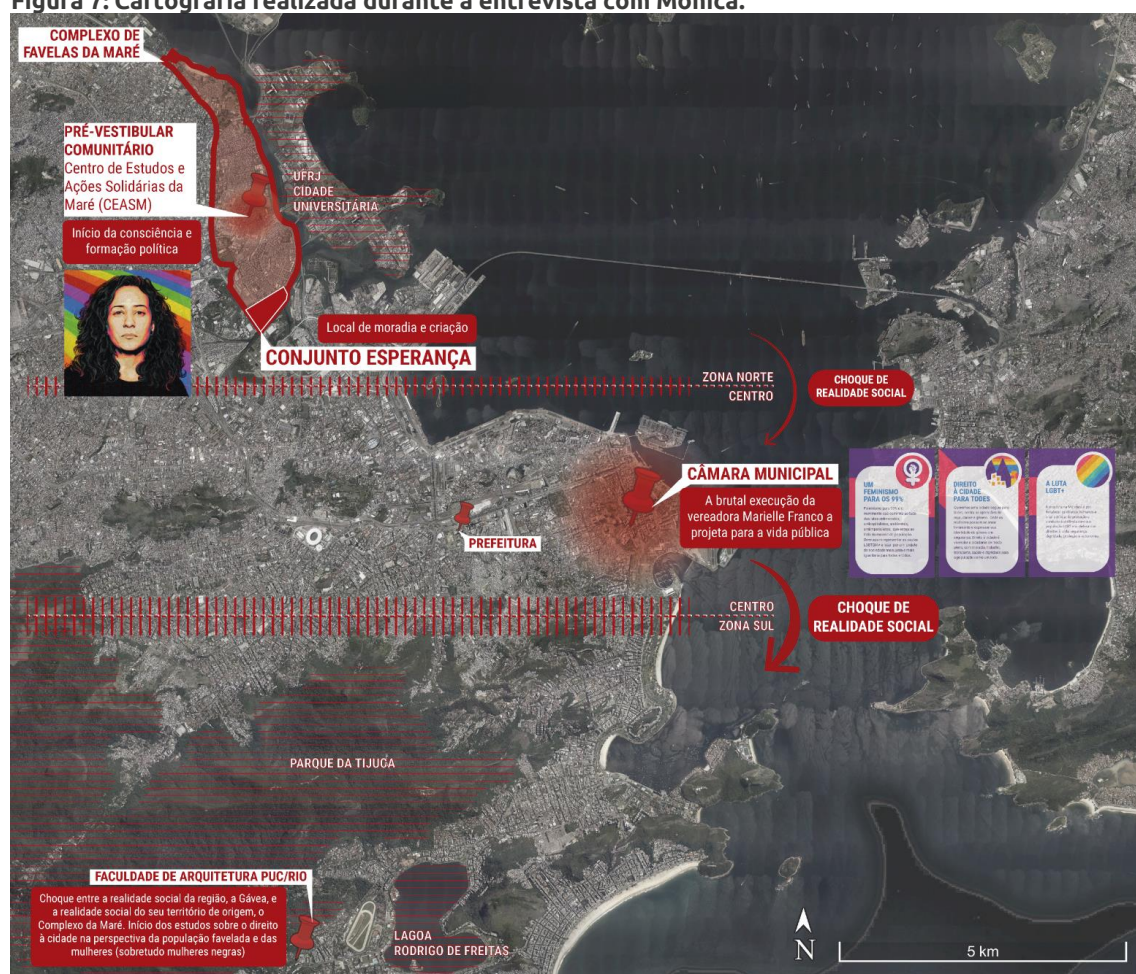
Monica tem 35 anos de idade e é militante de direitos humanos e ativista LGBTQIAPN+. Arquiteta e Urbanista formada pela PUC-Rio, onde também se tornou mestra em Arquitetura, na área de "Violência e Direito à Cidade". Nasceu e cresceu no Conjunto Esperança, um dos 16 territórios populares que constituem o Complexo de Favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro.

Eleita vereadora com pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2020, tem pautado sua atuação na promoção e defesa dos direitos das mulheres e no debate urbanístico com foco

na inclusão social. Desde a execução de sua companheira, Marielle Franco, em 14 de março de 2018, Monica se dedica incansavelmente na luta por justiça para esse crime, se tornando referência internacional na defesa dos direitos humanos. Seguindo a trilha de Marielle Franco, com quem esteve ao lado em todas as lutas, Mônica atende à urgência dos debates que pautam os direitos das mulheres e a melhoria das condições de vida nas favelas e comunidades.

No Complexo da Favelas da Maré, Mônica cresceu imersa em um contexto de violência rotineira, que só foi compreender melhor quando chegou ao Ensino Superior. Foi ao ingressar no pré-vestibular comunitário do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) que sua visão em relação à política mudou. Com um senso crítico aguçado e uma perspectiva social a partir dos territórios populares, ingressou a graduação em Arquitetura e Urbanismo na PUC-RJ. O impacto inicial entre as realidades econômicas despertou em Mônica o desejo de disputar a cidade e quebrar as restrições de qualidade de vida impostas aos 99% da população. Esse desejo se manifestou tanto nos seus estudos acadêmicos na graduação e na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, quanto na sua atuação como vereadora da cidade do Rio de Janeiro.

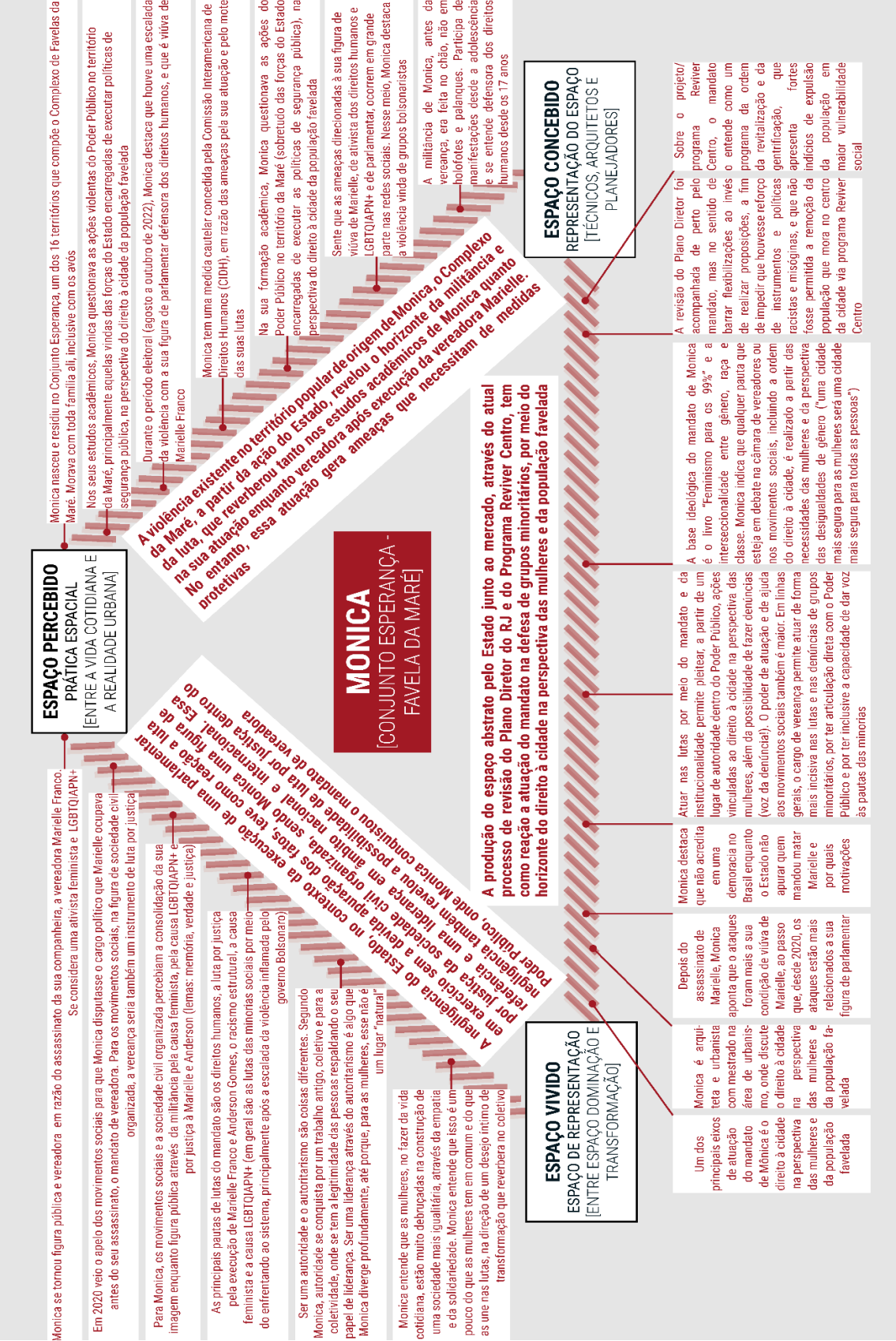
Figura 7: Cartografia realizada durante a entrevista com Monica.



Base de dados: entrevista com Monica. Base cartográfica: Google Earth (2020). Fonte: autora.

Na cartografia de Monica, os elementos mais evidentes e recorrentes na sua fala foram (1) o choque entre realidades urbanas vivenciado no deslocamento diário do Conjunto Esperança para a universidade (PUC-RJ), no bairro Gávea; e (2) o forte vínculo da sua militância e formação política com a vida cotidiana no Complexo da Maré, ainda antes de iniciar a graduação em Arquitetura e Urbanismo. Em relação à sua formação política, Monica destaca a importância de ter estudado no pré-vestibular comunitário Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), pois a permitiu compreender a dimensão estrutural das opressões e desigualdades presentes na sua vida cotidiana.

Figura 7: Diagrama síntese da entrevista com Monica.



Base de dados: entrevista semiestruturada com Monica. Fonte: autora.

O resultado do diagrama síntese de Monica indica três principais ligações dialéticas. Na primeira, em relação ao espaço percebido e ao espaço concebido, os fatos da realidade de Monica ao longo do tempo refletem a influência de ter nascido e vivido no Conjunto Esperança, um dos 16 territórios populares do Complexo da Maré. A trajetória de vida nesse local refletiu nas escolhas acadêmicas da liderança, em que o tema de pesquisa voltado ao debate do direito à cidade na perspectiva das mulheres e da população favelada se relaciona com a sua militância no território desde a sua adolescência, sobretudo na pauta das violências reproduzidas pelo Estado durante a execução de políticas de segurança pública. Essa violência vivida na adolescência e na juventude encontra eco na vida cotidiana atual, mas agora direcionada ao seu protagonismo na luta por justiça pela execução da Marielle e pela sua atuação enquanto vereadora.

Em síntese, a ligação dialética entre o espaço percebido e o espaço concebido permite a reflexão de que a violência existente no território popular de origem de Monica, o Complexo da Maré, a partir da ação do Estado, revelou o horizonte da militância e da luta, que reverberou tanto nos seus estudos acadêmicos quanto na sua atuação enquanto vereadora após execução da companheira Marielle. Esse resultado permite refletir sobre o direito à cidade como um sentido de luta comum, que é coletiva e que visa a transformação das matrizes estruturais de opressão.

A ligação dialética entre o espaço concebido e o espaço vivido indica que a produção do espaço abstrato pelo Estado em conjunto com o mercado, através do atual processo de revisão do Plano Diretor do RJ e do Programa Reviver Centro, tem como reação a atuação do mandato na defesa de grupos minoritários, por meio do horizonte do direito à cidade na perspectiva das mulheres e da população favelada. Em relação ao direito à cidade na perspectiva das mulheres e da população favelada, Monica destaca que a base teórica e ideológica do seu mandato é o livro "Feminismo para os 99%" e a interseccionalidade entre gênero, raça e classe. Segundo Monica, qualquer pauta que esteja em debate na câmara de vereadores ou nos movimentos sociais, incluindo a ordem do direito à cidade, é realizado a partir das necessidades das mulheres e da perspectiva das desigualdades de gênero, pois, em seus termos, "uma cidade mais segura para as mulheres será uma cidade mais segura para todas as pessoas".

Em relação ao espaço percebido e ao espaço vivido, o diagrama síntese revelou que a negligência do Estado, no contexto da execução de uma parlamentar em exercício sem a devida apuração dos fatos, teve como reação a luta por justiça da sociedade civil organizada, sendo Monica uma figura de referência e uma liderança em âmbito nacional e internacional. Essa negligência também revelou a possibilidade de luta por justiça dentro do Poder Público, onde Monica conquistou o mandato de vereadora.

Em relação ao movimento de se sentir reconhecida como uma liderança feminina popular, Monica reflete que a figura de liderança apresenta alguns problemas, em razão do seu estatuto simbólico aproximar-se da dimensão do masculino e do poder de dominação. Em

suas falas, Monica aponta que autoridade e o autoritarismo são coisas diferentes. Para ela, autoridade se conquista por um trabalho antigo, coletivo e para a coletividade, onde se tem a legitimidade das pessoas respaldando o seu papel de liderança. Nesse sentido, ser uma liderança através do autoritarismo é algo que Monica diverge profundamente, “até porque, para as mulheres, esse não é um lugar natural”. Monica ainda destaca que a figura de liderança muitas vezes fica no lugar tóxico da masculinidade, da disputa de poder, de modo que as mulheres, enquanto lideranças em espaços públicos, precisam muitas vezes se masculinizar para serem respeitadas. Os espaços de poder, como a tribuna da Câmara de Vereadores, por exemplo, muitas vezes associam-se a vertente mais tóxica e misógina do masculino, e isso reverbera no fazer político das mulheres e das lideranças femininas populares. Esses espaços de poder, conforme exemplificado por Monica no âmbito da Câmara de Vereadores, relacionam-se ao debate acerca do espaço fálico de Lefebvre (1992[1974]).

Por fim, Monica revela que, nos espaços da institucionalidade, o lugar de se afirmar uma mulher liderança é um lugar de luta constante para ser respeitada na coletividade, sendo um processo muito exaustivo emocionalmente. Para ela, se não houver o compromisso constante de reforçar o pacto com a coletividade em meio a uma estrutura social patriarcal, acaba-se caindo na perversidade tóxica do pacto da masculinidade.

A base ideológica do mandato de Monica é o livro “Feminismo para os 99%”, que aborda o tema da Teoria da Reprodução Social (TRS) a partir da opressão de gênero no sistema capitalista. Essa base ideológica também engloba o debate ecossocialista e interseccional. Segundo Monica, qualquer pauta que esteja em debate na câmara de vereadores ou nos movimentos sociais, incluindo o tema do direito à cidade, é realizado a partir das necessidades das mulheres e da perspectiva das desigualdades de gênero, de modo que o feminismo está no centro de qualquer decisão do mandato.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos por meio da aplicação da tríade, em conjunto com a teoria da reprodução social, revelaram reflexões importantes acerca da atuação das lideranças femininas populares na luta pelo direito à cidade. Esse diálogo reforça a pertinência da obra de Henri Lefebvre no tempo atual, como também revela as suas aberturas para refletir sobre os problemas urbanos em interseccionalidade de gênero, raça e classe. Nesse sentido, cabe destacar que a Teoria da Reprodução Social (TRS) desempenhou um importante elo entre as lideranças femininas populares e a produção social do espaço urbano.

A prática espacial mostrou-se um dos fios condutores da atuação de lideranças femininas populares na luta pelo direito à cidade e pela transformação material da vida cotidiana. A figura da liderança feminina popular (Gramsci, 1987; Vigotski, 2007, Nunes, 2018), à luz do empírico, englobou uma série de capacidades e atributos observados na maioria das entrevistadas, como o sentimento de pertencimento e vínculo ao território, o cuidado enquanto base estruturadora da atuação e o sentimento de totalidade da luta. Por mais que

o início da atuação de lideranças femininas populares se concentre na dimensão do espaço percebido (dimensão da vida cotidiana), é a partir das suas ligações com o espaço concebido (espaço dos técnicos e planejadores) e com o espaço vivido (dimensão da luta e possibilidade de transformação) que o trabalho das mulheres alcança a esfera pública, primeiro através do protagonismo nas lutas comunitárias, destacado na tarefa de ser liderança feminina popular, e segundo na construção política de sua atuação, que se projeta na participação em diversas esferas da institucionalidade.

O sentido de totalidade da luta popular, na direção da Teoria da Reprodução Social (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, Vogel, 2013[1983]) e da interseccionalidade (Davis, 2016), enunciou um sentido de luta comum entre gênero, raça e classe na atuação de lideranças entrevistadas, desvelando não apenas a conexão dialética desses termos na práxis, mas também a importância deles na prática espacial radical dessas mulheres como meio para a transformação material.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política: o direito à cidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Ufmg/Humanitas, 2016[1973].

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001[1968].

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1992[1974].

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. **Mulher de favela: a feminização do poder através do testemunho de quinze lideranças comunitárias do Rio de Janeiro**. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

VIGOTSKI, Lev. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory**. Chicago: Haymarket Books, 2013.